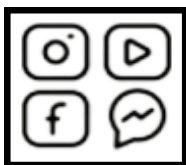


BOLETIM INFORMATIVO



@juntosvamosaluta

www.juntosvamosaluta.com.br

Novembro 2025

Fortaleza, CE

ESTA EDIÇÃO

- Mensagem de agradecimento pelo apoio e votos;
- Proposta do MGI do reajuste dos benefícios;
- Reforma Administrativa

Mensagem de agradecimento da Chapa 1 - Vamos À Luta



Chapa 1 - Vamos à Luta agradece a todos(as) os(as) servidores(as) pelo apoio, confiança e votos nas eleições do SINPRECE (14 e 15/10). Nossa campanha reafirmou o compromisso com um sindicalismo combativo, democrático e transparente, em defesa do serviço público e dos direitos da categoria. Nas dezenas de reuniões presenciais nos locais de trabalho e também nas atividades virtuais, destacamos os pontos centrais de enfrentamento aos ataques contra o serviço público, a valorização das carreiras e que ninguém será excluído da luta por direitos. Nestas atividades, a Chapa 1 manteve seu compromisso de construir o sindicato com ampla participação dos trabalhadores e das trabalhadoras da base. Durante o processo eleitoral, apresentamos questionamentos e pedidos de correção das falhas ocorridas, (<https://juntosvamosaluta.com.br/wp-content/uploads/2025/10/NOTA-A-CATEGORIA-SOBRE-FALHAS-E-INCONSISTENCIASNO-PROCESSO-ELEITORAL-DO-SINPRECE-2025.pdf>) sempre em defesa da lisura e da justiça. Permanecemos na Diretoria Colegiada, mantendo o mesmo número de cargos da gestão anterior, e seguimos firmes na luta pela valorização da carreira, pela equidade e pelo fortalecimento do sindicato em unidade com os demais setores do serviço público. Com diálogo, coerência e resistência, seguiremos lado a lado com a categoria, acreditando na força da organização coletiva.

👊 A luta não termina com a eleição — ela continua todos os dias!

CHAPA 1 - VAMOS À LUTA Unidos, transformamos lutas em conquistas

Sobre a proposta de reajuste dos benefícios apresentada pelo MGI em 22/10/2025

A 12ª reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), em 22 de outubro de 2025, gerou frustração entre os(as) servidores(as) públicos(as) federais pela falta de avanços concretos e pela postura inflexível do governo. **Principais pautas discutidas** — Negociação coletiva: governo apresentou apenas diretrizes do PL que regulamenta a Convenção 151 da OIT e o direito de greve do servidor, sem texto completo e sem realizar discussão com as entidades sindicais que compõem a mesa. A regulamentação da greve do serviço público é um ponto importante, considerando o interesse dos diversos governos em cercear as mobilizações dos(as) servidores(as) ainda mais no momento de enfrentamento contra a reforma administrativa. — Isonomia de benefícios: proposta insuficiente e tom coercitivo, com prazo até 05/11 para resposta das entidades e posterior publicação de portaria. — Auxílio-Nutrição: reivindicado para aposentados e pensionistas, sem definição governamental. — Reforma Administrativa: o governo evitou posicionamento, porém o representante do MGI afirmou que diversos pontos da reforma que tramita no congresso, comandado pelo centrão, foram consensuais com o governo. **Resultados da reunião:** A reunião não apresentou avanços concretos para a maioria das reivindicações e as entidades criticaram o governo por sua inflexibilidade e por não atender às demandas dos(as) servidores(as). O clima após o encontro foi de frustração. **O que foi apresentado pelo governo (MNNP / MGI):** Reajuste de +17,5% no auxílio-alimentação em dezembro/2025; Correção pelo IPCA para auxílio-alimentação, creche e saúde a partir de abril/2026. **Reação das entidades (FONASEFE / FENASPS):** Consideraram a proposta insuficiente e discriminatória, exigindo: — Prazo maior para análise; — Equiparação efetiva dos benefícios entre os Três Poderes; — Criação do auxílio - nutrição para aposentados e pensionistas; — Recomposição real das perdas e valorização de ativos(as), aposentados(as) e pensionistas. **Limitações concretas da proposta:** — o aumento pontual (17,5%) não cobre totalmente perdas acumuladas e mantém o caráter excludente e discriminatório das políticas do governo em relação a aposentados(as) e pensionistas aprofundando a desigualdade entre os servidores ativos, aposentados e pensionistas. Sobre este ponto, após realização de plenária Nacional da Fenasps no dia 05/11, foi deliberado não assinar o termo de acordo que excluiu os aposentados e também foi enviado ofício ao MGI notificando sobre a exclusão dos aposentados do reajuste dos benefícios. — correção futura atrelada à data/índice (IPCA) e cronograma escalonado pode diluir poder de compra; — ganhos pontuais podem mascarar perdas mais profundas na carreira e nas condições de trabalho. As entidades defendem e orientam a recusa de trocas simbólicas por perdas estruturais, não aceitar acordos parciais que não garantam estabilidade, concurso público amplo, carreira pública fortalecida e reposição das perdas salariais. Reafirmamos nosso compromisso com a luta unificada dos(as) servidores(as) públicos(as) das três esferas e reforçamos o chamado da Fenasps para que todas as entidades de base intensifiquem a mobilização nacional contra a reforma Administrativa e em defesa dos serviços e servidores(as) públicos(as).

IMPACTOS DA REFORMA ADMINISTRATIVA PARA OS SERVIÇOS PÚBLICOS, SERVIDORES (AS) E POPULAÇÃO

A Proposta de Emenda Constitucional – PEC 38/2025 – apresentada como “reforma administrativa” – altera regras do regime jurídico dos (as) servidores (as), contratações e funcionamento do Estado.

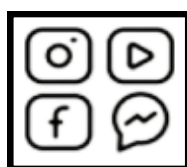
A PEC acelera a precarização das formas de trabalho no serviço público, reduz proteções (estabilidade), amplia formas de contratação sem concurso e aumenta critérios de avaliação/gestão por metas que podem enfraquecer serviços essenciais.

1) Impactos sobre os serviços públicos

- Descontinuidade e perda de conhecimento prático e especializado: regras que facilitam contratações temporárias, cargos transversais e exigência de “justificativa de quadro” para concursos favorecem mão de obra terceirizada/precária, reduzindo a retenção de experiência técnica nos órgãos – o que prejudica qualidade, continuidade e capacidade de resposta.
- Fragmentação institucional e metas de eficiência: aumento do peso de instrumentos gerenciais (contratos por objetivos, terceirização, flexibilização de carreiras) tende a priorizar metas quantitativas e projetos curtos, em detrimento de políticas públicas de longo prazo (saúde, assistência, educação, previdência). Isso reduz a oferta e a qualidade dos serviços prestados à população, sobretudo naqueles mais vulneráveis.
- Risco de privatização e terceirização encobertas: ao criar regimes e cargos mais flexíveis, a PEC abre caminho para transferir parcelas do serviço público ao setor privado com justificativas de “eficiência”, afetando universalidade e acesso.

2) Impactos sobre os servidores e servidoras

- Enfraquecimento da estabilidade jurídica: alterações que flexibilizam avaliação, penalidades e formas de desligamento reduzem a proteção contra pressões políticas e perseguições – o que constrange o exercício técnico e a independência.
 - Precarização de carreiras e progressões: priorização de contratações temporárias e carreiras “transversais” pode dificultar planos de carreira, progressões por titulação/tempo e estabilidade econômica para os (as) servidores (as).
 - Pressão por produtividade e adoecimento: metas e avaliações contínuas, quando mal formuladas, geram sobrecarga, insegurança laboral e maior adoecimento mental, com reflexos na capacidade de trabalho e no atendimento público.
- ### 3) Impactos sobre a população
- Piora no atendimento e aumento da desigualdade: serviços essenciais (saúde, educação, assistência, previdência...) demandam quadro técnico estável; perda disso se transforma imediatamente em filas maiores, descontinuidade do cuidado e pior qualidade, afetando sobretudo populações vulneráveis.
 - Aumento do custo social: terceirização/privatização podem reduzir responsabilidade pública e elevar custos ao usuário final ou ao Estado (contratos caros, corrupção, menor controle social).



@juntosvamosaluta
www.juntosvamosaluta.com.br

4) Impactos para os aposentados: apesar de o governo alegar que não haverá impactos para os (as) servidores (as) aposentados (as), isto não fundo é uma falácia, pois a política de contratação temporária e salários vinculados a metas, enfraquece a capacidade de mobilização das carreiras, com a redução de concursos públicos, bem como a política de atrelar o salário dos (as) servidores (as) à gratificações produtivistas, vide a GDASS no INSS e a GDPST na saúde, trabalho e previdência.

5) Mobilização contra a reforma administrativa (PEC 38/25)

□ Recusar reajustes apenas em benefícios, pois aumentam a lógica de arrocho salarial, além da política discriminatória e etarista com aposentados e pensionistas.. Não aceitar acordos parciais que não garantam estabilidade, concurso público amplo e carreira pública fortalecida.

- Exigir condição plena de equiparação dos benefícios entre os Três Poderes e inclusão explícita dos aposentados (auxílio nutrição), com calendário claro e compensatório para perdas passadas.

- Cobrar do MGI, conforme deliberado pela Fenasps a criação do Auxílio Nutrição para todos (as) os (as) servidores (as) aposentados (as) e pensionista. • Campanha pública para denunciar impactos da PEC na perda de serviços para a população – comunicar com exemplos concretos (saúde, educação, assistência social) para ampliar apoio social.

- Mobilização coordenada: unidade entre centrais e federações para pressão no Congresso (retirada de assinaturas, participação em audiências públicas, atos) e negociação política com parlamentares. Pressionar os parlamentares, deixando claro que se votar a favor da reforma, não será reeleito, usar o lema: se votar, não volta!

- Defender o serviço público, com a realização de concursos públicos, fortalecimento das carreiras, cumprimento dos acordos de greve e contra as privatizações e terceirizações.

Fontes principais consultadas

Texto e tramitação oficial da PEC 38/2025 (Câmara dos Deputados). Portal da Câmara dos Deputados Notas e análises da FENASPS sobre a PEC e reuniões sindicais (outubro/novembro de 2025). Comunicado e pedido do FONASEFE / Fonasefe sobre prazo e proposta de reajuste de benefícios (documento/req e informe da Mesa de 22/10). Compilação sobre a proposta do governo para reajuste (valores e cronograma: +17,5% auxílio-alimentação; IPCA para creche/saúde). Análises setoriais e mobilizações das entidades sobre impactos à população e estratégias de mobilização

